

A União Europeia e o Iraque

Publicação: [O Mundo em Português Nº56](#)

Data de Publicação: Setembro/Outubro de 2004

Autor: Volker Perthes

A Europa tem um forte interesse na estabilização do Iraque e na construção de um sistema político viável e plural no país. O interesse na reconstrução interna do Iraque e a sua integração, como país pacífico, no contexto regional, são, aliás, mais vitais para a Europa do que para os Estados Unidos. Afinal, o Iraque é parte integrante da nossa vizinhança e, se entendermos o alargamento de uma forma dinâmica, teremos no futuro uma fronteira comum com o Iraque, bem como com o Irão e a Síria. Por estes e outros motivos, têm as instituições europeias – nomeadamente o recém-eleito Parlamento Europeu, o Conselho e a actual e futura Comissão Europeia – um dever, que vai muito para além da consolidação de um Iraque estável e democrático e da mera ajuda humanitária. As decisões sobre o modo e o alcance do engagement europeu no Iraque deverão ter, assim, em linha de conta as prioridades estabelecidas pelos próprios iraquianos, área em que a Europa goza de especial experiência e credibilidade, o que contribuirá para que seja atingida a meta principal de construir um Estado pluralista e participativo, que coexista pacificamente com os seus vizinhos.

Aspirações iraquianas Entre outros pedidos, a nova administração iraquiana solicitou à UE que fortalecesse a sua «visibilidade» no Iraque, ou seja, que abrisse uma delegação no país – e um passo nesta direcção seria mais do que um acto político meramente simbólico. Por um lado, demonstraria aos iraquianos que a Europa não desistiu, antes está a dar uma oportunidade à nova administração e ao processo político que conduzirá à realização de eleições parlamentares, o mais tardar, em Janeiro de 2005. Por outro, permitiria à UE monitorizar os desenvolvimentos in loco e identificar eventuais parceiros. As questões de segurança não podem naturalmente ser menosprezadas; a UE poderá, porém, orientar-se pelas Nações Unidas, que abrirão de novo uma representação, apesar do monstruoso ataque de que foram vítimas em Bagdad, em Agosto de 2003. A segurança obrigaria também a UE a fixar-se na denominada «zona internacional» – a especialmente protegida e anteriormente designada «green zone» de Bagdad – onde se encontram igualmente os serviços centrais da administração iraquiana, bem junto da Embaixada norte-americana. Em termos práticos, o governo iraquiano pediu o auxílio

na formação de forças policiais, bem como de quadros da administração civil – um pedido inteligente e necessário. A maioria dos iraquianos sente-se de tal forma ameaçada pela alastrante criminalidade «normal», que decerto avaliará qualquer governo pela sua capacidade de melhorar a segurança pessoal dos cidadãos. Daí que a constituição de forças policiais competentes e responsáveis seja bem mais importante do que o envio de mais tropas estrangeiras. O Reino Unido e a Alemanha formam já forças policiais iraquianas na Jordânia e nos Emirados Árabes Unidos. Será certamente necessário fazer mais, eventualmente no exterior, por exemplo através de cursos nas academias policiais europeias ou nas escolas superiores de administração para os quadros administrativos.

O Estado de direito e as instituições políticas A Europa pode apoiar o processo de transição política no Iraque com a sua experiência e capacidade específicas. Este processo será marcado por inúmeros diferendos não resolvidos e potencialmente explosivos relativos à configuração e carácter do sistema político. Do mesmo modo, por resolver está a questão da configuração do sistema federal. Efectivamente, será com uma estrutura federal ou um sistema de regiões autónomas que a médio prazo será mantida a integridade territorial do Estado. Qualquer tentativa de voltar a submeter os territórios curdos ao domínio directo e centralizado de Bagdad conduzirá inevitavelmente à secessão ou à guerra civil permanente. A Europa poderá, no contexto do diálogo político com a Turquia, o Irão e a Síria, contribuir para que sejam demovidas as reservas desses Estados em relação às experiências federalistas no Iraque e poderá, com base na sua própria experiência de soluções federais, devolução e autonomias regionais, apresentar diversos modelos, que respeitem de forma aceitável os interesses da autodeterminação regional garantindo a integridade do Estado. A União poderá oferecer um apoio concreto na elaboração do modelo para uma constituição financeira do país, que assegure um justo equilíbrio na distribuição de recursos entre o Estado central, as regiões e os municípios, além de poder contribuir para a constituição de órgãos de administração autárquica, capazes de tomar decisões in loco sobre as questões locais. Nesta matéria, a experiência local é escassa, uma vez que durante décadas o Iraque foi governado centralmente. A Europa poderá igualmente apoiar a construção de instituições eficazes e credíveis em outras áreas, como a justiça. Aqui, tão importante como a ajuda material para o eficaz funcionamento da procuradoria e dos tribunais, serão os programas especificamente dirigidos à consolidação do Estado de direito e à protecção dos direitos humanos – nomeadamente através de medidas de formação e preparação de procuradores, advogados e funcionários prisionais. Nesta matéria, especialmente após os acontecimentos de Abu Ghraib, a Europa é mais

credível que os Estados Unidos. A credibilidade do Estado de direito exige o julgamento dos crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura de Saddam Hussein – matéria em que, devido à sua experiência, os novos membros da UE da Europa do Leste e a Alemanha poderiam oferecer auxílio técnico e pessoal.

De igual modo seria importante apoiar a formação de partidos políticos democráticos e de âmbito nacional. À excepção dos territórios curdos, existia no Iraque, até à queda do antigo regime, um só partido; os partidos formados pelos exilados políticos não são especialmente populares e muitos dos novos partidos sofrem de falta de democraticidade interna. Os partidos europeus, bem como as fundações partidárias, poderão desempenhar um papel activo através de acções de formação e de programas de intercâmbio. Simultaneamente deverá a UE, em estreita colaboração com os enviados especiais das Nações Unidas ao Iraque, reflectir sobre as formas de apoiar a preparação e realização das eleições parlamentares planeadas para Janeiro de 2005, assim como as eleições locais e regionais.

A reconstrução política, económica e sócio-cultural do Iraque será tanto mais estável quanto maior apoio tiver por parte de uma sociedade civil activa – e a Europa valoriza justamente a promoção da sociedade civil. No quadro da Parceria Euro-Mediterrânica, na qual participam três dos vizinhos do Iraque, foi criado um conjunto de instituições e instrumentos com o objectivo de apoiar os actores da sociedade civil e de os envolver em redes regionais. Dada a proximidade geográfica e cultural ao Iraque de vários Estados participantes, deveriam ser convidados actores iraquianos a participar em importantes programas sociais, culturais, e científicos, como sejam o Euromed Youth, Euromed Heritage, o EuroMeSCo ou o Programa Tempus para a cooperação universitária. Esta atracagem do Iraque exige por parte da Europa uma certa flexibilidade na utilização dos instrumentos e recursos, concebidos inicialmente para a política de vizinhança euro-mediterrânica. No entanto, faria todo o sentido que isso acontecesse, uma vez que beneficiaria directamente e a curto prazo a sociedade civil iraquiana.

Evasões, não por favor Oudem-se aqui e além vozes a alertar contra um engagement da Europa demasiado explícito ou rápido. Entre os argumentos apresentados encontram-se alguns válidos e sérios, mas outros há que não convencem, nos quais se inclui a ideia de que a Europa se deveria distanciar do apoio à reconstrução política, uma vez que o governo iraquiano teria a intenção de reintroduzir a pena de morte. Este argumento não deixa de ser superficial. Se é certo que a Europa se bate contra a pena de morte, seria um contra-senso fazer depender o apoio – especialmente na promoção

do Estado de direito – de uma questão de princípio que é objecto de acesa discussão com outros parceiros, até mesmo com os importantíssimos aliados transatlânticos. O melhor argumento será, pelo contrário, apoiar a formação de um sistema de justiça independente e eficaz. Argumento porventura mais convincente é considerar a falta de segurança como factor limitativo da acção da UE no Iraque. Seria irresponsável enviar eventuais cooperantes para regiões onde dominam as disputas à mão armada e o terror. Em primeiro lugar, porém, nem todos os programas necessitam de ter lugar no Iraque – muitas das acções de formação e intercâmbio poderão desenrolar-se primeiramente em países vizinhos, idealmente com a sua colaboração. Em segundo lugar, existem medidas e programas que, com o necessário apoio das administrações locais ou das organizações da sociedade civil, poderão ter o seu início em locais situados em províncias e cidades onde a autoridade do Estado é exercida de facto e onde é garantida a protecção dos funcionários estrangeiros. Neste momento, isto será sobretudo possível no Norte e em partes do Sul. Uma vez que o apoio da Europa se faz sentir em todo o país, poderá iniciar-se o engagement europeu precisamente nestas zonas, sem perder a aspiração de estender a ajuda a todo o Iraque.

A opinião ocasionalmente veiculada de que o Iraque será, em princípio, um país rico e que por isso não necessitará de ajuda económica e financeira, corresponde mais aos interesses dos políticos responsáveis pela área do orçamento do que à realidade que se vive actualmente no país. Na verdade, o Iraque não estará nos próximos anos em condições de auto-financiar a sua reconstrução com as receitas provenientes do petróleo. De facto, não se trata do clássico país em vias de desenvolvimento e com escassez de recursos. Após a reconstrução da infra-estrutura económica e da sua capacidade petrolífera, o Iraque poderá ser um dos motores de desenvolvimento no Médio Oriente. Faria, assim, todo o sentido apresentar proximamente numa conferência de doadores um programa-tipo «Middle East Recovery» à imagem do Plano Marshall, segundo o qual o Iraque, uma vez recuperado, possa redistribuir regionalmente as subvenções recebidas. A UE poderia assumir a liderança nesta área. Em todo o caso, terão os governos europeus de reflectir sobre quando e em que condições quererão traduzir em euros o frequentemente repetido interesse na estabilização e democratização – tanto no que se refere à disponibilidade para o perdão de dívidas quanto à disponibilização de renovados auxílios financeiros.

Segurança regional O Iraque continuará a fazer parte de uma região conturbada. Conflitos por território e hegemonia não acabaram com o desaparecimento do regime de Saddam Hussein. Será por isso necessário criar no Golfo estruturas de segurança comuns, que possam contribuir para o controlo de conflitos – no mínimo um fórum

regional destinado à discussão e coordenação de questões comuns, como sejam a segurança das fronteiras, a luta contra o terrorismo, a repressão do tráfico de armas e droga, bem como a luta contra a criminalidade organizada. Este fórum poderia vir a ser, com o tempo, o mecanismo fundamental de cooperação na área da segurança e confidence building. Seria, assim, de louvar se os Estados Unidos e a Europa apoiassem activamente um mecanismo desta natureza. Caso esteja realmente disposta a aceitar esta missão, a UE terá decerto boas hipóteses de colocar em andamento este processo: os já habituais encontros de ministros de todos os estados vizinhos do Iraque e do Egipto demonstram a disponibilidade dos Estados da região para um compromisso multilateral e, ao contrário dos Estados Unidos, a UE mantém boas relações com todas as partes regionais envolvidas, sem ser ela própria parte integrante. Além disso, a União traz consigo a sua experiência, nomeadamente do Pacto de Estabilidade para os Balcãs, que poderá ser de grande ajuda na construção de uma estrutura regional na região do Golfo.